

Contratação só por concurso

RIOMAR TRINDADE

DA EQUIPE DO CORREIO

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social de Planaltina de Goiás — uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), ligada à prefeitura municipal — demitiu em dezembro cerca de 500 funcionários que prestavam serviços terceirizados nas áreas de saúde e meio ambiente para a prefeitura municipal, mas ainda não pagou os direitos trabalhistas de ninguém nem o salário de dezembro. E o novo contrato oferecido ignora os direitos trabalhistas. Ao arrepio da legislação, as demissões atingem até mesmo pessoas que estão em licença médica. A relação promiscua do instituto com a prefeitura foi denunciada pelo Correio em outubro do ano passado, relatando a contratação, sem concurso, de 486 funcionários para o município. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás determinou uma inspeção na Oscip, hoje praticamente desativada.

Laurindo Araújo, 49 anos, há seis meses em licença médica, está sendo pressionado para entregar a carteira de trabalho. “Eles querem dar baixa na carteira e já me procuraram duas vezes. Não vou entregar, tenho mais seis meses de licença”, afirma. Asmático e com bronquite aguda, a saúde de Laurindo foi afetada pelo trabalho de combate ao mosquito causador da dengue, realizado sem máscara de proteção. “Sinto tonteira, fico perturbado. Tudo isso foi causado pelo veneno usado no combate ao mosquito da dengue, que se abriga nos poços de água parada existentes nesses terrenos baldios, com mato alto”, diz Laurindo. Para piorar ainda mais sua situação, ele já descobriu que o instituto não depositou todo o dinheiro do FGTS a que tem direito.

Pressão

Maria do Rosário de Oliveira Melo, 58 anos, agente de saúde do instituto desde 1998, está em licença médica há dois anos, por causa de hérnia de disco, depressão e labirintite. Ela mal consegue ficar em pé, mas é pressionada a voltar ao trabalho mesmo sabendo que será demitida. Na semana passada, Maria do Rosário entregou a carteira de trabalho à “chefe Margarida” e o destino à Deus. Com os salários de novembro e dezembro atrasados, ela não consegue comprar remédio, cuja caixa custa R\$ 80. “Faço as coisas porque não tem ninguém pra fazer por mim. Caminho me segurando nas paredes e o laudo do INSS confirma que não tenho condições de trabalhar”, diz Maria do Rosário, quase chorando.

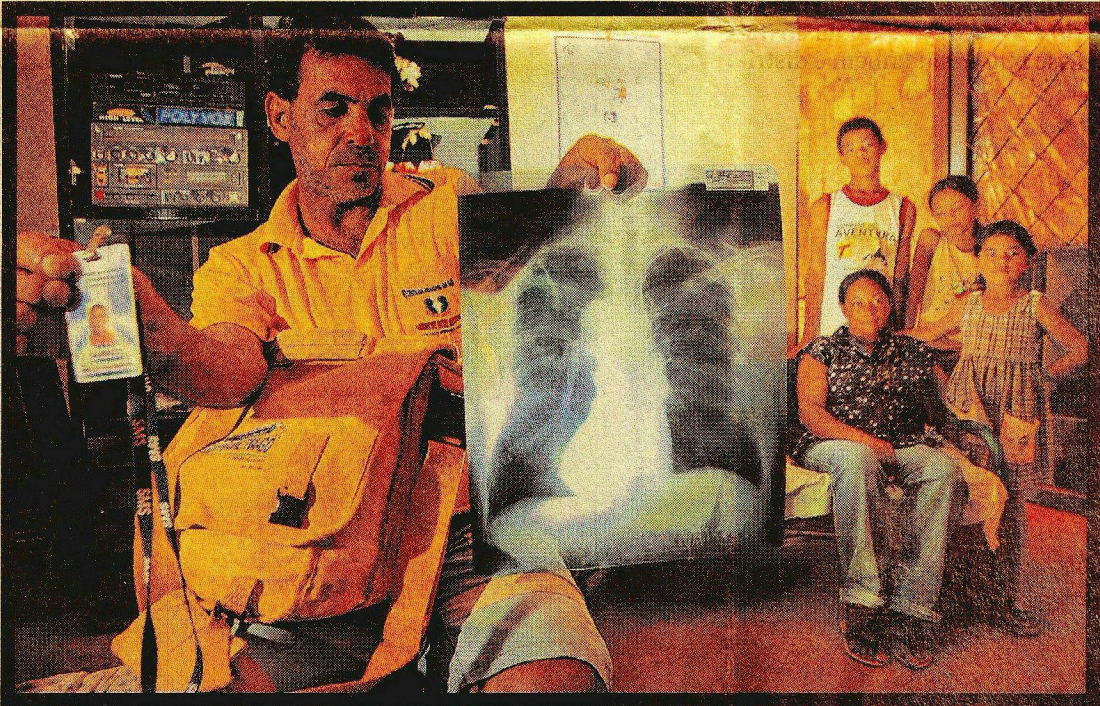
Célia da Silva, 39 anos, há sete meses afastada do serviço devido a um tumor no ombro, recebeu alta do INSS no começo de janeiro, decisão que não foi acatada pelo médico do trabalho do hospital Santa Lúcia, seu segundo emprego. “O médico do hospital atestou que não estou em condições de voltar ao trabalho”, diz Célia. Ela não recebe auxílio-doença do INSS desde julho do ano passado. E acusa o instituto de não recolher ao INSS a contribuição descontada dos empregados desde julho de 2006, o que é crime com pena de prisão de dois a cinco anos, segundo o Código Penal. Célia diz que o presidente da Oscip, Leonan Barbosa, já avisou que ela será demitida. Procurado na quarta e na sexta-feira passadas, Barbosa não foi localizado em Planaltina.

Jandir Guimarães, secretário de Finanças de Planaltina de Goiás, culpa o governo federal, representado pelo Ministério Público, pelas demissões e pelo novo contrato temporário, que não garante qualquer direito trabalhista. “O governo federal cria programas sociais e as prefeituras precisam dar a contrapartida. Quando eram permitidos convênios, coisa que o Ministério Pú-

Fotos: Iano Andrade/CB



A AGENTE DE SAÚDE MARIA DO ROSÁRIO, MESMO DOENTE, ESTÁ PERDENDO OITO ANOS DE TRABALHO. COM DOIS MESES DE SALÁRIOS ATRASADOS, ELA NÃO TEM DINHEIRO PARA COMPRAR REMÉDIO



COM TONTEIRA E DISTÚRBIOS VARIADOS, LAURINDO DENUNCIA PRESSÃO PARA ENTREGAR A CARTEIRA DE TRABALHO

ONDE FICA

Com 94.715 habitantes e 1.876 funcionários públicos, o município de Planaltina de Goiás vive do comércio, da pecuária e da agricultura, com destaque para o cultivo de soja e milho. A cidade exibe uma das mais altas taxas de crescimento demográfico do país, da ordem de 5,85%, e deverá continuar inchando por causa do aumento do preço dos imóveis das cidades do Entorno. Distante 63 km de Brasília, Planaltina começa a receber indústrias de calcário, com produção destinada tanto à construção civil quanto à agropecuária. No ano passado, seu orçamento foi de R\$ 61,8 milhões, enquanto a arrecadação ficou em R\$ 46,8 milhões. O complemento da renda local vem dos repasses dos governos federal e estadual, principalmente mediante convênios assinados com o Palácio do Planalto para a construção de escolas e obras de saneamento básico. (RT)

CONDIÇÕES DRACONIANAS

Prazo de vigência

❖ É por tempo determinado de quatro meses, iniciando em 2 de janeiro e terminando em 30 de abril.

Rescisão

❖ O contrato pode ser extinto sem direito a indenizações previstas na legislação trabalhista.

Salário

❖ A base de vencimento é de R\$ 380 mensais.

Jornada

❖ A jornada de trabalho é de 40 horas semanais.

Previdência

❖ O contratado será filiado e contribuinte obrigatório do Regime Geral de Previdência Social — INSS

—, enquanto durar a relação de trabalho prevista no contrato.

Regime jurídico

❖ O contrato será regido pelo regime estatutário, estando o contratado sujeito às disposições contidas no Estatuto dos Servidores do Município de Planaltina.

Lotação

❖ O contratado será lotado em unidade definida pela administração municipal.

Execução

❖ O contratado executará os serviços que lhe forem confiados. O não cumprimento dos serviços e das normas pode acarretar a rescisão automática do contrato.

uma despesa fixa para sempre”, diz Jandir. “Se o prefeito incluir os agentes comunitários na folha de pagamento, estoura o limite de gastos com pessoal permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.” Com base nesse raciocínio, o secretário de Finanças de-

fende os contratos de prestação de serviços. “Saúde é referência. Qualquer descuido derruba a qualidade do serviço”, diz Jandir. Sua preocupação é com a demora em contratar, por concurso, profissionais qualificados para a área de saúde.

Gasto com combustível

Um levantamento feito pelo vereador Vilmar Caitano Ribeiro (PPS), com base em informações prestadas pelo governo municipal ao TCM-GO, revela um expressivo aumento dos gastos com combustíveis e lubrificantes por órgãos e secretarias de Planaltina de Goiás nos meses que antecederam às eleições do ano passado. A gastança chegou ao pico no mês de setembro. A prefeitura, comandada pelo tucano Alexon Luiz Félix dos Santos, o Dinha, é abastecida por duas empresas locais: a JJS Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda. e a MF Combustíveis, Lubrificantes & Serviços Ltda.

De acordo com o trabalho, os gastos da Secretaria de Educação e Cultura passaram de R\$ 9,6 mil em maio de 2006 para R\$ 5,9 mil em junho, caíram para R\$ 4,7 mil em julho, chegaram a R\$ 4,9 mil em agosto e deram um salto para R\$ 169,4 mil em setembro, ou seja, um aumento de quase 3.500% de um mês para o outro. No ano passado, a Secretaria de Administração empenhou em setembro R\$ 126 mil para gastos com combustíveis, um aumento de 1.806% em relação ao valor de agosto (R\$ 6,6 mil). A Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos também acelerou os gastos: em julho de 2006, essa secretaria empenhou R\$ 32,3 mil, valor que passou para R\$ 51,1 mil em agosto. Em setembro, porém, o montante chegou a R\$ 810,8 mil, configurando aumento de 2.410% em relação a julho.

A análise dos dados revela ainda que em fevereiro de 2005, dois meses depois da posse do atual prefeito, foram empenhados R\$ 1,297 milhão para gastos com combustíveis e lubrificantes. Em todo o ano de 2003, os empenhos chegaram R\$ 490,7 mil e, ao longo dos 12 meses de 2004, a soma de todos os gastos totalizou R\$ 699,6 mil. A oposição suspeita que a enorme diferença registrada em fevereiro de 2005, quando comparada aos exercícios de 2003 e 2004, indicaria suposto uso da máquina municipal na campanha eleitoral para deputado estadual e federal. Semana passada, o prefeito Dinha não estava em Planaltina na quarta e na sexta-feira para falar sobre o assunto. Assessores negaram qualquer tipo de envolvimento da administração municipal com candidatos a deputado federal e estadual.

A concentração das compras de combustíveis e lubrificantes em apenas duas empresas é também criticada pela oposição. A suspeita, nesse caso, é de favorecimento, pois as duas fornecedoras da prefeitura faturaram, em conjunto, um total de R\$ 1,5 milhão com a venda de combustíveis ao Executivo municipal no ano passado. Em 2003, esses gastos somaram R\$ 490,7 mil, passaram para R\$ 699,6 mil em 2004 e pularam para R\$ 1,403 milhão em 2005. Procurados na semana passada, os fornecedores de combustíveis à prefeitura não foram localizados. (RT)



A PREFEITURA COMPRÁ COMBUSTÍVEL DE APENAS DOIS FORNECEDORES